

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 30 de maio de 2019 às 07h54
Seleção de Notícias

G1 - Globo | BR

Marco regulatório | Anvisa

Audiência pública discute projeto de lei que regulamenta uso de maconha para fins medicinais em Goiás	3
GOIÁS	

UOL Notícias | BR

30 de maio de 2019 | Propriedade Intelectual

O que há por trás da guerra de Trump contra a empresa chinesa Huawei	5
---	----------

Monitor Mercantil Digital online | RJ

Propriedade Intelectual

Conteúdos ilegais continuam proliferando na internet brasileira	7
--	----------

O Rio Branco | AC

Marco regulatório | Anvisa

Juiz libera plantio e uso de maconha para fins medicinais a paciente no Acre	9
POLÍCIA	

Audiência pública discute projeto de lei que regulamenta uso de maconha para fins medicinais em Goiás

GOIÁS

Silvio Túlio/G1



Audiência pública discute projeto de lei que regulamenta uso da maconha para fins medicinais, em Goiás

Associações e pais de crianças e adultos com vários tipos de doença salientam a melhora de vida por conta do uso de medicamentos à base da cannabis. O texto, de autoria do deputado Diego Sorgatto (PSDB), foi protocolado novamente após ser vetado pelo governo.

Uma audiência pública é realizada na manhã desta quarta-feira (29), na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), para discutir um projeto de lei que autoriza e regulamenta o uso de maconha para fins medicinais no estado.

O texto, de autoria do deputado Diego Sorgatto (PSDB), já chegou a ser aprovado na legislatura anterior, mas foi vetado pelo governo. Agora, ele foi protocolado novamente. Associações e pais de crianças e adultos com vários tipos de doença salientam a melhora de vida por conta do uso de medicamentos à base da cannabis.

O projeto prevê que o governo estadual ceda, gratuitamente, remédios à base de cannabis medicinal para aquelas pessoas que necessitam, em três casos: prescrito por médico e acompanhado de laudo que

justifique as razões; autorizado pela **Anvisa**; e, em último caso, com ordem judicial para tal.

Atualmente, esses produtos precisam ser adquiridos, na maioria dos casos, do exterior. Para ter acesso ao benefício, também é preciso apresentar prescrição médica.

Em sua justificativa, o parlamentar alegou que o canabidiol, substância constante na maconha, já foi permitida pela **Anvisa** para fins medicinais. Ele também foi autorizado, em 2014, pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

Sorgatto salienta ainda que o extrato da cannabis não causa vício ou dependência, além de não provocar efeitos alucinógenos.

O projeto já foi protocolado e apresentado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Alego. O texto está de posse do relator, deputado Henrique Arantes, para dar seu parecer sobre o caso. Se aprovado na comissão, ele passa a estar apto a entrar em votação e plenário e, se aprovado, vai à sanção do governo.

Várias entidades que defendem o uso medicinal da maconha participam da audiência. Elas alertam que a substância pode ser usada no tratamento de várias doenças, como autismo, alzheimer, depressão, fibromialgia e até Aids e câncer.

Representantes do governo do estado da Secretaria de Saúde estiveram presentes e se mostraram favoráveis à aplicação do projeto de lei.

Presidente da Associação de Pais e amigos dos autistas de Goiás (Ama Goiás), Cássia Gouveia, é uma das entusiastas pela aprovação do projeto. Mãe de um

Continuação: Audiência pública discute projeto de lei que regulamenta uso de maconha para fins medicinais em Goiás

filho autista, hoje com 9 anos, ela disse que tentou todos os tratamentos convencionais, mas que seu filho só teve melhorias com a cannabis medicinal, a qual recebe, via liminar judicial, há dois anos.

Ela se emocionou ao discursar sobre o assunto e citar os benefícios que seu filho teve após o uso da medicação.

"A cannabis muda a vida não só do paciente, mãe de toda família. Meu filho teve todas as reações adversas com outros remédios, surto psicótico, alucinações. Quantas pessoas precisam usar e não podem. Por quê não pode ter aqui no Brasil? Peço que todos abram os olhos. Isso é de extrema im-

portância", disse, com a voz embargada.

Ela afirmou ainda que a criança melhorou sua capacidade de concentração e comunicação, tendo uma qualidade de vida bem melhor. O número de crises, segundo ela, caiu 95%.

O menino toma duas doses diárias de um óleo extraído da maconha. Ela recebe o medicamento dos EUA e diz que se tivesse de pagar, o valor sairia por R\$ 3 mil mensais.

Veja outras notícias da região no G1 Goiás.

O que há por trás da guerra de Trump contra a empresa chinesa Huawei

Celulares da marca chinesa Huawei (Foto: Edgar Su/Reuters)

Uma mudança de estratégia com potencial para impactar radicalmente na geopolítica mundial está em curso: o governo americano está deixando de considerar a relação comercial quase simbiótica, que garantiu a paz entre Estados Unidos e a China nas últimas décadas, algo que se deve sobrepor a outras preocupações, como a segurança cibernética. O presidente Donald Trump e seu entorno estão convictos de que é preciso conter a crescente influência de empresas chinesas no setor de alta tecnologia. A percepção é de que a China vem colocando em prática um plano para infiltrar-se lentamente em todas as camadas da indústria digital para tornar o mundo dependente de sua tecnologia.

Essa inflexão nas relações sino-americanas alcançou um ponto crucial este mês, com o veto do governo americano à Huawei, a maior empresa de tecnologia da China e segunda maior fabricante de celulares do mundo, atrás apenas da Samsung. O boicote foi feito com duas medidas. Na primeira, Trump proibiu empresas americanas de usar equipamentos de telecomunicações que representem um risco para a segurança nacional. Seu governo já havia acusado a Huawei de ser vulnerável aos desígnios do Partido Comunista Chinês e de ser usada como cavalo de Troia para a ciberespionagem chinesa. Em dezembro do ano passado, Meng Wanzhou, CFO da Huawei e filha do fundador da empresa Ren Zhengfei, foi presa no Canadá a pedido dos Estados Unidos, acusada de violar sanções americanas contra o Irã.

A segunda medida foi a inclusão da Huawei em uma

lista de empresas estrangeiras para as quais, na prática, as companhias americanas não podem exportar sem obter autorização prévia do governo americano. O efeito foi imediato. O Google anunciou que deixaria de fornecer a atualização do sistema Android para a Huawei. Empresas de tecnologia de outros países, temendo sofrer sanções indiretas nos Estados Unidos, tomaram decisões parecidas.

Se o boicote for mantido por muito tempo, as operações da Huawei, que desenvolveu um sistema 5G para a próxima geração de celulares com preço imbatível, estarão seriamente ameaçadas. A empresa investiu fortemente nos últimos anos para produzir a maior proporção de componentes essenciais de seus produtos em suas próprias fábricas, mas nenhuma empresa de tecnologia consegue ser totalmente independente de fornecedores globais.

Apesar de o governo Trump insistir que a preocupação em relação à Huawei se deve ao risco de espionagem, o verdadeiro motivo pode estar em algo mais decisivo no longo prazo: qual país terá o controle de fato sobre a internet? Atualmente, esse poder pertence aos Estados Unidos. Mas a China, com suas empresas de tecnologia, está ganhando terreno. Em algum momento, no futuro, o governo chinês poderia mandar derrubar a internet em boa parte do mundo, como já é capaz de fazer dentro de seu país, como forma de fazer pressão diante de uma crise geopolítica.

A queda de braço iniciada por Trump, porém, tem um risco. Ao estrangular o fornecimento de componentes vitais para a Huawei, os Estados Unidos forçam a China a acelerar ainda mais seus esforços para dominar todas as etapas do desenvolvimento de

Continuação: O que há por trás da guerra de Trump contra a empresa chinesa Huawei

tecnologia para a internet.

O secretário de Estado americano Mike Pompeo disse recentemente que o mundo precisa de um ambiente único onde a informação possa fluir, "mas tem que ser um sistema com valores ocidentais, com estado de direito, proteção da **propriedade** intelectual,

transparência e abertura. Não pode ser um sistema que é baseado em um regime autoritário, comunista".

No lugar da corrida armamentista, a Guerra Fria da atualidade consiste em uma corrida pelo domínio da tecnologia digital.

Conteúdos ilegais continuam proliferando na internet brasileira

Siga o Monitor no twitter.com/sigaomonitor

A Associação Brasileira de Empresas de Softwares (Abes) divulgou os dados do monitoramento de internet do primeiro trimestre de 2019, que contabilizaram um total de 22.197 conteúdos ilegais removidos da internet - 9% a mais que o mesmo período em 2018. A ação de monitoramento da Abes, que ocorre desde 2005, tem o objetivo de rastrear na internet ofertas irregulares dos programas das companhias associadas à entidade.

De acordo com os dados do monitoramento, todos os tipos de conteúdo ilegal analisados (anúncios, links e sites) aumentaram no período analisado. "Nos últimos meses, o Mercado Livre atualizou de forma radical o seu sistema de PPPI (Programa de Proteção à **Propriedade** Intelectual), do qual a Abes é membro desde sua criação. Com as mudanças implementadas, conseguimos identificar e denunciar vários produtos piratas de uma só vez, otimizando em muito o nosso trabalho de pesquisa. Além disso, agora também é possível monitorar produtos e perfis no site, facilitando a identificação de casos recorrentes", explica Rodolfo Fücher, presidente da Abes.

A associação foi responsável por detectar 42 sites que violavam o **Direito** Autoral de Programas de Computador e remover 28 deles no primeiro trimestre de 2019, apresentando um aumento de 90,91% e 100%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano passado. A quantidade de anúncios derrubados também cresceu significativamente (16,61%), chegando aos 12 mil no primeiro trimestre deste ano, em oposição aos 10 mil, no mesmo período em 2018.

A menor taxa de crescimento foi a de links removidos, com apenas 1,49%. Isso se deve ao fato da entidade ter recebido no período um número maior de denúncias para remoção de anúncios e websites do

que de links.

A associação já conseguiu derrubar mais 650 mil conteúdos ilegais na internet desde a criação da campanha de monitoramento, em 2005, quando o índice de pirataria de software no Brasil era de 64%. Atualmente, este índice está em 46%, de acordo com pesquisa da BSA | The Software Alliance. "É um trabalho lento, que demanda horas de pesquisa e monitoramento para identificar qualquer movimento online que viole o **Direito** Autoral de Programas de Computador. No entanto, esse trabalho tem se tornado cada vez mais rápido e eficiente graças ao auxílio de sistemas como o PPPI do Mercado Livre e denúncias feitas por nossos associados", afirma Fücher.

A entidade reforça a importância de os consumidores ficarem atentos a ofertas muito vantajosas na internet. "Mesmo em sites conhecidos, quando o consumidor encontra uma oferta com valores atrativos e muito discrepantes do comum é melhor desconfiar, porque além de não funcionar em sua totalidade, o software ilegal ainda pode vir carregado com vírus", alerta o presidente da entidade.

Fraude rouba dados de mais de 2,3 milhões de cartões

Recentemente, a equipe de Threat Intelligence da Tempest identificou uma campanha de malware direcionada à captura de dados de cartões de pagamento transacionados em sistemas de ponto de venda (PDV) em computadores de estabelecimentos comerciais (também conhecidos como TEFs). Essa campanha chamou a atenção pela alta volumetria de dados de cartões capturados, ainda que apresentando baixo nível de sofisticação técnica.

Head de Threat Intelligence da Tempest, Ricardo Ulisses diz que foi possível identificar 8 servidores que serviam de repositório das informações cap-

Continuação: Conteúdos ilegais continuam proliferando na internet brasileira

turadas pelo malware.

"Analisando estes servidores, entendemos que esta operação era controlada por, ao menos, 10 operadores diferentes que capturaram mais de 2,3 milhões de informações de cartões de crédito e débito, em pelo menos 2.600 sistemas em estabelecimentos comerciais em todo Brasil", explica.

A empresa ressalta que, até o momento, não há indícios de que os cartões roubados foram usados em fraudes ou que vazaram em outros canais. Assim que identificou esta campanha, a Tempest conduziu um processo no qual reportou a ameaça a bancos, entidades de classe e outros membros da comunidade

de segurança de modo que essas instituições pudessem tomar as medidas cabíveis em relação aos cartões e mitigar fraudes antes da divulgação do relatório.

"Nenhum dos malwares identificados nesta campanha utiliza técnicas que dificultem sua análise ou detecção por software antivírus, e já são detectados. Apesar disso, a Tempest está colaborando e compartilhando informações com parceiros de empresas de antivírus", afirma Ulisses.

Siga o Monitor no twitter.com/sigaomonitor

Juiz libera plantio e uso de maconha para fins medicinais a paciente no Acre

O titular da 2ª Vara Federal Cível e Criminal, o juiz Herley da Luz Brasil, liberou o uso da maconha para fins medicinais no Acre para um paciente portador de uma doença grave. A autorização de salvo-conduto por meio de habeas corpus (HC) antecipado foi concedida no dia 20 de maio deste ano, e permite que o autor apenas importe sementes de Cannabis sativa para plantio local.

Segundo o despacho, o paciente importava produtos à base de Canabidiol (CBD) por meio de uma autorização dada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, mas o problema seria a demora para a chegada dos itens comprados, além da burocracia e dos custos elevados, o que teria motivado o pedido judicial para que

possa cultivar o produto.

A decisão do magistrado permite o plantio da semente de maconha, cultivo e produção para a extração do CBD com o objetivo de dar continuidade ao tratamento médico.

Além do HC, o magistrado notificou o Ministério Público Federal, a Polícia Federal no Acre e todo o sistema de segurança pública do estado, concedendo prazo de cinco dias para que as autoridades pudessem se manifestar.

A única a apresentar resposta foi a Polícia Militar, informando que comunicaria todos os batalhões sobre o salvo-conduto. O paciente também pediu a inconstitucionalidade da Lei Antidrogas, que para ele estaria prejudicando o tratamento. **[Diário do Acre]**

FOTO: CEDIDA



A decisão liminar vale apenas para o portador de uma doença grave, e tem o objetivo de garantir o tratamento

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | Anvisa
3, 9

Propriedade Intelectual
5, 7

Direitos Autorais
7